

À beira da revolução: a expansão da Revolução Pernambucana (1817) para os sertões e o plano de ataque à vila de Icó (Ceará, Brasil)

Luiz de Souza Henrique Costa

Universidade Regional do Cariri

Crato - Ceará - Brasil

lshclh@outlook.com

Resumo: Os Governos Provisórios de Pernambuco e Paraíba durante a expansão da Revolução Pernambucana (1817) elaboraram um plano de ataque à vila de Icó-CE que, de fato, nunca ocorreu. Este estudo visa compreender a dinâmica desse plano, o que inclui os envolvidos em sua elaboração, o conteúdo estratégico e tático, como funcionava a mobilização de tropas e, claro, as possíveis razões que levaram à sua não execução. Empregamos uma análise relacional dos documentos da Devassa de Crime de Lesa-majestade, complementada com elementos da Análise de Discurso para examinar tanto o conteúdo explícito quanto os subtextos e contextos implícitos. Concluímos que: o plano envolvia a mobilização de três regimentos armados, um do Crato-CE liderado por José Martiniano Pereira de Alencar e José Pereira Filgueiras, um de Souza-PB e Pombal-PB sob o comando de Miguel Joaquim César de Melo e um da serra do Martins, de Portalegre-RN, comandado por David Leopoldo Targini; a análise sugere que a pressão militar dos realistas paraibanos e as dinâmicas de poder nos sertões criaram um obstáculo político para a não execução do plano: a perda de apoio do padre Luís José Correia de Sá.

Palavras-chave: Revolução Pernambucana. Icó. Ceará.

Introdução

A Revolução Pernambucana (1817) foi um movimento sociopolítico de caráter separatista fundamentado em um dualismo econômico e social entre portugueses e brasileiros e “abrangeu amplas camadas da população: militares, proprietários rurais, juízes, artesãos, comerciantes e um grande número de padres, a ponto de ficar conhecida como a ‘revolução dos padres’” (Fausto, 2012, p. 70). Nas palavras de Mota (2022, p. 48) ela foi “a maior insurreição havida no mundo luso-brasileiro, até então, abrangendo quase todo o Nordeste”.

A eclosão desse movimento, que durou de 6 de março a 20 de maio de 1817, atrapalhou a aclamação de Dom João como “monarca do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, [somente] realizada em 1818” (Villalta, 2003, p. 84).

A expansão do movimento irradiado de Recife e Olinda na capitania de Pernambuco ficou a cargo dos inúmeros padres que participaram do movimento e atingiu Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Para o sul do Ceará, Domingos José Martins e o padre João Ribeiro Pessoa, membros do Governo Provisório de Pernambuco, enviaram José Martiniano Pereira de Alencar (16/10/1794 – 15/03/1860) (Alencar) – pai do romancista cearense José de Alencar – e Miguel Joaquim César de Melo (Melo)¹ para levantarem os interiores do Ceará e da Paraíba (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 219; 1954b, p. 125-126). O movimento estourado no Crato–CE e liderado por Alencar possuiu uma vida curta de apenas oito dias no mês de maio, de 3 a 11.

O nosso objeto de estudo, então, é o plano de ataque à vila de Icó – localizada no Centro Sul do Ceará, 161,8 km distante do Crato e 375 km distante da capital Fortaleza, faz divisa com o Rio Grande do Norte e a Paraíba – que deveria ocorrer entre os dias 15 e 16 de maio. Já o nosso objetivo é compreender a dinâmica desse plano de ataque, o que inclui os envolvidos em sua elaboração, o conteúdo estratégico e tático, como funcionava a mobilização de tropas e, claro, as possíveis razões que levaram à sua não execução. Ao fazer isso, esperamos lançar luz sobre este episódio intrigante da expansão da Revolução Pernambucana (1817) para os sertões.

A revisão de literatura existente, embora não faça referência direta ao nosso objeto de estudo e seja limitada, é valiosa. O que temos à disposição aborda nosso objeto de maneira indireta, mas essas análises servirão como fontes secundárias que serão confrontadas com a documentação primária.

Nossa pesquisa se baseia fortemente em fontes primárias, especificamente os documentos da Devassa do Crime de Lesa-majestade. A Devassa é uma rica coleção de documentos variados, que vão desde escritos oficiais do Estado e seus representantes até uma variedade de “manifestos, relatórios, notícias, cartas, descrições e proclamações” (Rodrigues, 1953b, p. 06–07) dos indivíduos considerados réus.

Essa combinação de fontes primárias e secundárias e o ponto de vista do Estado e dos rebeldes nos permite uma análise mais completa e matizada, proporcionando uma compreensão mais profunda do nosso objeto de estudo.

¹ Um terceiro emissário, segundo Théberge (2001), é enviado para o Icó, o seu nome é Antônio José Ribeiro, mas não conseguimos o rastrear nas fontes primárias. Para mais informações confira Théberge (2001, p. 10-11).

Aqui compreendemos o texto como “a realidade imediata [...] do pensamento e das vivências” (Bakhtin, 2019, p. 71). Em nossa abordagem analítica, transcendemos a leitura superficial dos textos e empregamos a metodologia da Análise de Discurso que possibilita sondar não apenas o conteúdo manifestamente explícito, mas também as sutilezas e os contextos latentes que permeiam os textos.

Nosso texto é dividido em três partes: a primeira discute a expansão estratégica do movimento revolucionário para o interior; a segunda aborda a organização e mobilização militar; e a terceira descreve a resposta à contrarrevolução na Paraíba e a mudança de planos.

A interiorização da Revolução Pernambucana (1817): estratégia e tática

Os primeiros registros possíveis que temos do ataque ao Ceará, especificamente à vila de Icó, são datados de 30 de março, no Ceará, e 17 de abril na Paraíba – hoje João Pessoa, capital da Paraíba –, e possuem dois pontos de vista distintos. A primeira está inscrita no âmbito do Estado e a segunda no âmbito dos revolucionários paraibanos.

Assim, em 30 de março, é preso no Ceará o Ouvidor João Antônio Rodrigues Alves de Carvalho (Carvalho), e o Governador do Ceará, Manuel Ignácio de Sampaio (Sampaio), o acusa de ser o “encarregado da revolução do Ceará; íntimo amigo de Domingos José Martins; escreveu ao Padre Luiz José para ir ao Crato unir-se ao Capitão-mor Filgueiras para irem bater o Icó” (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 220).

A segunda data se refere ao momento em que o Governo Provisório da Paraíba – composto por Francisco José da Silveira, Francisco Xavier Monteiro da Franca, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão e Antônio Pereira de Albuquerque – envia David Leopoldo Targini (Targini) para o interior da província visando encontrar e auxiliar Melo (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 31).

Ao correlacionar essas duas fontes distintas – uma originada da repressão estatal e a outra dos insurgentes paraibanos – é possível discernir que o ataque à vila de Icó não era apenas uma ideia abstrata, mas uma realidade concreta e tangível.

Analisemos o ponto de vista que está diretamente ligado ao nosso objeto de estudo, o dos insurretos paraibanos. Considerando que “todo enunciado [...] responde a algo e orienta-se para uma resposta” (Volóchinov, 2018, p. 184), conjecturamos que o Governo Provisório de Pernambuco requisitou do Governo Provisório da Paraíba o envio de um patriota comprometido com a causa para uma missão:

Qualquer Capitão-mor, comandante, ou qualquer outra autoridade da nossa província a quem esta fôr apresentada dará o auxílio que lhe requerer o Patriota David Leopoldo Targini que sai daqui a unir-se com o Patriota Miguel Joaquim César, que sai do Estado de Pernambuco, e ambos vão encarregados de importante diligência a bem da pátria em comum, não se lhe devendo dificultar meio algum dos que cooperarem para o dito fim. Casa do Governo Provisório da Paraíba, 17 de abril de 1817. O primeiro da Independência (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 21).

O documento destaca a importância de mobilizar todos os recursos necessários para a execução bem-sucedida da missão de Targini. Assim, a logística é retratada não apenas como uma questão de transporte, mas como um sistema abrangente que engloba a coordenação eficaz de pessoas, recursos e informações.

Os documentos revelam que a viagem de Melo para o interior da Paraíba, nos limítrofes com o Ceará e Rio Grande do Norte, não foi realizada sozinha. Acompanhando-o estava um jovem seminarista de Olinda-PE nascido no Crato: Alencar.

A ausência de seu nome no documento supracitado é, no mínimo, intrigante. Joaquim Dias Martins nos diz que o nome de Alencar já havia sido considerado pelos líderes do Governo Provisório de Pernambuco em 10 de março, dia em que “São nomeados e despachados para as províncias os emissários seguintes: padre João Damasceno Ferreira, para o Rio Grande e Ceará; José Martinianno de Alencar para Ceará; padre José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, para Alagoas, Bahia etc.” (Martins, 2022, s.p.).

Concorda com essa tese de rápida nomeação e despacho Celso Mariz que nos diz que “Em Souza [PB], o padre Luís José Correia de Sá [Luís José] recebeu um emissário de Pernambuco dias seguintes à proclamação de 6 de março. Este emissário foi José Martiniano de Alencar” (Mariz, 1980, p. 89).

Podemos aceitar que Alencar tenha sido nomeado nesse dia, mas não que ele tenha sido enviado/despachado para seu destino. Tanto o padre João Damasceno Ferreira Xavier como o padre José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima (padre Roma) podem ter sido despachados no mesmo dia já que em 29 de março (Martins, 2022) aquele participa do movimento em Natal – Rio Grande do Norte – (Stuart Filho, 1961; Trindade, 2010; Cascudo, 1984) e este é fuzilado pelo Conde dos Arcos na Bahia no campo da Pólvora (Stuart Filho, 1961). Alencar só alcança o seu destino, a vila do Crato, no dia 29 de abril (Araújo, 1961; Costa; Silva, 2019; Stuart Filho, 1961; Stuart, 1917).

A historiografia não possui nenhuma data que faça referência a saída de Alencar de Olinda/Recife. Especulamos, então, que a sua partida se deu em fins de março ou no começo de abril por conta da estratégia política do Governo Provisório de Pernambuco.

Os outros dois padres, João Damasceno Ferreira Xavier e José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, foram enviados respectivamente para os litorais do Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Compreendendo que “a doutrinação revolucionária obedecia a um plano tático, político e geográfico” (Siqueira, 2022, n.p.), podemos inferir que aqui a expansão do movimento é vertical, tal qual o meridiano de Greenwich, pelo litoral, seja ao norte, seja ao sul.

Já a expansão do movimento horizontalmente, tal qual a linha do Equador, para o sertão, foi influenciada por considerações estratégicas. Os líderes da Revolução Pernambucana (1817) podem ter querido que Alencar chegasse em um momento específico para maximizar o impacto de sua chegada, ou seja, quando no litoral já estivesse hasteada a bandeira branca dos insurgentes pernambucanos.

O envio estratégico de emissários para os sertões do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte aponta para um processo de interiorização, consolidação e defesa do movimento, respondendo, portanto, aos anseios do padre João Ribeiro Pessoa para a instalação de uma República Federativa: “A ideia de federalismo vislumbra-se na carta que João Ribeiro escreve, em 31 de março, aos patriotas paraibanos: ‘Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará devem formar uma só República, devendo-se edificar uma cidade central para capital’” (Quintas, 2003, p. 250).

Outro ponto que devemos considerar é que há na historiografia uma memória discursiva, que envolve a seleção daquilo que será lembrado e a sua repetição parafrásica, i.e., a sedimentação do significado de um dado discurso (Pêcheux, 1999), que nos diz que o emissário pernambucano de primeira ordem é Alencar. Francisco Muniz Tavares, sem mencionar uma data, nos diz que “para o Ceará ofereceu-se um jovem subdiácono chamado José Martiniano de Alencar [...]. A sua oferta foi aceita por ser ele natural da Vila do Crato e extremosamente amado pelo pároco dessa vila” (Tavares, 2021, n.p.).

Guilherme Chambly Studart, o Barão de Studart, nos diz que Alencar era a escolha natural por ser ele um “moço ardente [de] família de incontestável prestígio, discípulo do P.^a Miguelinho e frequentador dos conciliábulo em que se ensinavam as mais adiantadas doutrinas e mais livres theorias” (Studart, 1917, p. 119–120).

Já Celso Mariz afirma, como já vimos, que o padre Luís José recebeu a visita de Alencar Dias após o levante de 6 de março (Mariz, 1980). Carlos Studart Filho (Studart Filho, 1961, p. 35–36) nos diz que para essa “missão de confiança, um nome se impôs, desde logo, à consideração dos chefes da conjura vitoriosa em Recife: o de José Martiniano de Alencar [...] estudante [...] no Seminário de Olinda [e] Oriundo de uma das importantes famílias do Cariri”.

Nessa perspectiva, Melo, quando mencionado, é apenas o companheiro de viagem de Alencar. Tavares (2021), Martins (2022), Studart (1917), Studart Filho (1961), Théberge (2001) e Leite (1948) o descrevem como tal. Costa e Silva (2019) também mencionam Melo, mas apenas para indicar que ele e Alencar foram designados como patriotas para a expansão do movimento. Rocha Filho o menciona duas vezes, primeiro como acompanhante de Alencar e, depois, narra, sem fontes, Melo tornando-se inativo no Rio do Peixe (Rocha Filho, 1916). Silva (2014) cita Melo apenas uma vez, indicando erroneamente que seu destino era o Cariri. Já Cascudo (1984) o menciona quando está fugindo de São João do Rio do Peixe para Portalegre se encontrar com Targini.

Também existem várias fontes que não mencionam Melo em seus textos. Celso Mariz (1980) não o menciona ao discutir o encontro de Alencar com o padre Luís José. Siqueira (2022) e Mota (2022) não mencionam Melo ao tratar do envio de Alencar e do padre Roma, respectivamente, para Ceará, Alagoas e Bahia. Além disso, Alencar (1913), Araújo (1957; 1961; 1965/66), Cândido (2018), Farias (2012), Figueiredo Filho (1967), Jaguaribe (1940), Martins (2013) e Viana (2011) também não o mencionam em seus trabalhos.

Os historiadores destacam a importância de Alencar, citando sua origem, influência local, educação e ideais, bem como sua determinação em promover a causa em Pernambuco e no Ceará. No entanto, a menção de Melo como um companheiro de Alencar sugere que ele também pode ter desempenhado um papel importante, embora sua contribuição possa ter sido ofuscada ou não reconhecida.

Compreendendo que essa memória discursiva supramencionada é também “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999, p. 56), nos posicionaremos não na visão oposta, ou seja, a de que o emissário pernambucano de primeira ordem é Melo e não Alencar – visto que seria mero maniqueísmo. Nos posicionaremos no ponto de vista que reconhece a História² em sua complexidade, enxergando a necessidade de uma interpretação que considere as contribuições de várias figuras históricas, não apenas as mais conhecidas.

A História é multifacetada e a contribuição de cada indivíduo para eventos históricos pode variar dependendo da perspectiva e interpretação. Nossa perspectiva, então, é a de que tanto Alencar quanto Melo poderiam ser considerados emissários

² A “História” deve ser entendida enquanto disciplina acadêmica que se dedica ao estudo sistemático (de modo teórico e metodológico) e à documentação de eventos passados (Barros, 2011).

pernambucanos de primeira ordem, cada um contribuindo à sua maneira para a história³. Ressaltaremos a importância de Melo através do silêncio em relação ao nome de Alencar no documento do Governo Provisório da Paraíba e da designação deste último como Patriota B em suas *Instruções* (Biblioteca Nacional, 1954b, p. 125-126) de viagem.

No documento do Governo Provisório da Paraíba supracitado não há menção ao nome de Alencar, ele apenas diz que: “o Patriota David Leopoldo Targini que sai daqui a unir-se com o Patriota Miguel Joaquim César, que sai do Estado de Pernambuco” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 21). Isso “pode significar [...] um silêncio que grita, que se transforma também em uma voz, ainda que invisível na superfície desse discurso” (Barros, 2019, p. 289). Nas palavras de Eni Orlandi (2007, p. 55) só podemos observar o silêncio indiretamente “mais do que 'marcas' (paradigmas da demonstração), temos 'pistas' (conjecturas)”.

Este silêncio, interpretado como uma “voz”, destaca a importância de Melo e sugere que sua contribuição pode ter sido ofuscada ou não reconhecida. Através deste silêncio ele emerge como uma figura significativa, cujo papel como emissário pernambucano de primeira ordem merece ser reconhecido e valorizado na narrativa Histórica.

Isso fica mais claro juntando a isso a sua designação como Patriota A para revolucionar da Paraíba o interior do Ceará. Tratemos da designação de Alencar como Patriota B contida nas suas *Instruções* (Biblioteca Nacional, 1954b, p. 125-126). A designação para Michel Foucault envolve a escolha dos signos “que serão retidos, os valores que se lhes reconhecerá, as regras de seu uso; e servem [para] compor, para designar representações vizinhas” (Foucault, 1999, p. 148).

Assim, a designação envolve os signos “Patriota”, “A” e “B”, estes últimos são duas variáveis e, respectivamente, se referem, se avizinham, a Melo e Alencar. O valor a eles atribuído está no adjetivo “Patriota”, que advém do termo pátria e nesse contexto possui uma significância que vai “do lugar do nascimento e/ou habitação à entidade resultante da vontade popular, reunindo território, ‘povo’ e organização política” (Villalta, 2003, p. 78).

A regra de seu uso está na utilização do termo “Patriota” para designar aquele que luta pelo movimento republicano de 1817. Além disso, as variáveis “A” e “B” expressam uma ordem, digamos, numérica, em que B é um segundo número da sequência que se segue após o número A.

³A “história” deve ser entendida enquanto conjunto de eventos, experiências e realidades que ocorreram no passado e que constituem o objeto de estudo da disciplina acadêmica da História (Barros, 2011)

Assim, Alencar sendo designado como ‘Patriota B’, uma segunda escolha, não diminui sua importância ou contribuição? Não. Ele tinha a missão de revolucionar o Ceará a partir do Crato. Por outro lado, Melo, designado como ‘Patriota A’, tinha a tarefa de revolucionar o Ceará a partir da Paraíba, chegando a ser “Inspetor das tropas do [...] Governo Provisório” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 20) nos sertões. Nas palavras do Governador Sampaio: “o ataque e revolta do Icó foi confiado a Miguel Joaquim César, o qual devia tomar o comando das tropas de Milícias e Ordenanças das vilas do Pombal e de Souza” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 122).

Portanto, ele não deve ser omitido na historiografia ou, quando mencionado, não deve ser reduzido ao papel de mero companheiro de viagem. A sua contribuição é fundamental e merece ser reconhecida e valorizada na narrativa Histórica.

Tendo reconhecido a importância de Melo para os desdobramentos da Revolução Pernambucana (1817) nos sertões, temos de mencionar que tanto ele como Targini e Alencar trazem consigo experiências e habilidades vitais para a causa pernambucana.

Melo “falava muito bem da pátria, ia seduzindo os povos a que se levantassem, e ameaçava-o” (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 205). Ele fora escolhido para essa missão porque era um “moço que parecia prudente e que dizia ter algumas relações nos sertões daquela província” (Tavares, 2021, n.p.) e porque já havia provado seu valor quando entrou para as fileiras do “exército patriótico, que surpreendeu a fortaleza de Itamaracá, e a submeteu à causa da liberdade” (Martins, 2022, n.p.) ao lado do padre Antônio de Souto Maior. Este que realizou “outros heroísmos em favor da liberdade, organizando uma famosa guerrilha” (Martins, 2022, n.p.) da qual Melo possivelmente participou antes de ser enviado aos sertões.

Targini também possuía experiências militares, visto que ficara conhecido como líder e recrutador de tropas na região da serra do Martins–RN⁴, como um guerrilheiro (Mota, 2022) que andava “munido de petrechos e munições de guerra” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 122) e era uma pessoa de extrema confiança do Governo Provisório da Paraíba por se destacar enquanto patriota comprometido com a causa (Biblioteca Nacional, 1954a).

Já Alencar, “um mancebo que parecia concebido e parido pela liberdade” (Martins, 2022, n.p.), traz consigo o poder da retórica, a influência e o prestígio de sua família do

⁴ Quando usarmos esse termo não estamos nos referindo a cidade de Martins–RN, mas a região que fica no entorno da serra em que Francisco Martins de Roriz ergueu uma capela, naquela cidade, em nome de Nossa Senhora da Conceição. Assim, a referência específica nesse entorno é a vila de Portalegre–RN da qual Martins se emancipou em 1840.

Crato e poderia cumprir a missão de levantar o Ceará desde seu interior, pois “o clero exerceu uma liderança, e essa liderança se consolidou no papel de agentes da doutrinação política” (Siqueira, 2022, n.p.).

As qualidades pelas quais esses indivíduos foram escolhidos apontam para uma demonstração de força ideológica e militar nos sertões do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, ponto estratégico de modo geográfico, político e tático (Siqueira, 2022) para um processo de interiorização, consolidação e defesa do movimento que já dominava o litoral das duas últimas localidades desde, respectivamente, 14 e 29 de março.

Os três seguiram viagem pelos “caminhos do gado” (Mota, 2022, p. 56) e da “organização eclesiástica” (Siqueira, 2022, n.p.) e possivelmente se encontraram na vila de Pombal–PB, na casa do padre José Ferreira Nobre, indivíduo de confiança dos líderes do Governo Provisório de Pernambuco (Stuart Filho, 1960; Mariz, 1980).

Deixaremos esse encontro em suspenso e analisaremos as linhas gerais do plano que podem ser encontradas nas suas *Instruções*. Estas se fundamentam em “uma pedagogia política, criando cenários de possibilidades insurgentes e fornecendo uma base persuasiva da doutrina revolucionária como semente fecunda de patriotismo” (Siqueira, 2022, n.p.). Deixemos falar a fonte:

Assim irão direto até se avistarem com o Vigário do Pombal, dele haverão notícias do estado da comarca do Ceará tanto do seu interior como beira-mar e terão notícia do Padre Luiz José. Se o Padre Luiz José se tiver declarado pela boa causa irão ter com êle e dali partindo o Patriota B pelas cabeceiras do Rio do Peixe ao seu destino, ficando com o Padre Luiz José o Patriota A, para dali escrever cartas e mandar papéis para os seus amigos do Icó. Estas cartas devem ser persuasivas, sem darem a entender que as pessoas para quem foram dirigidas têm princípios de quererem a liberdade para as não comprometer. Chegando ao Pombal, se houver certeza de que o Padre Luiz José não é pela Pátria, daí seguirão o mesmo destino. E se parecer melhor ambos irão para o Crato por cima. Revolucionado o Crato e o Icó, mandarão logo a Pernambuco aviso para lhes ir socorro, e estas vilas podem com cartas e proclamações fazer que se levantem Aracati e Sobral e mesmo sem socorro de Pernambuco poderão atacar a vila da Fortaleza e destruir o tirano (Biblioteca Nacional, 1954b, p. 125–126).

Para iniciarmos a análise, lançaremos mão de duas noções militares do marxismo: estratégia e tática. A estratégia se refere à finalidade almejada a longo prazo por uma classe social: a tomada e manutenção do aparelho repressivo e ideológicos do Estado para a reprodução de sua ordem social (Althusser, 1999; 2010). Já a tática se refere aos meios concretos e a curto prazo para se alcançar aquele objetivo final, tais como a conquista de adesão de membros do parlamento, dos militares, do clero e das elites locais, tendo como finalidade a criação de possibilidades reais de tomada do poder de Estado (Lênin, 1978).

Assim, nas instruções do Governo Provisório de Pernambuco a adesão das vilas do Crato e de Icó, interiorização, é o objetivo tático, o meio concreto para o ataque e tomada do poder no Ceará – estratégia – com o intuito de criar uma república federativa (Quintas, 2003) e assim poder se defender de ataques da Monarquia e consolidar seu movimento.

Os principais pontos da tática nos dizem que Melo e Alencar deveriam se encontrar com o vigário de Pombal, o padre Nobre, para receberem informações sobre o litoral e sertão do Ceará e sobre a adesão do padre Luís José, o vigário de Souza, ao movimento. Acreditamos que nesse encontro também estava Targini que recebe informações do vigário de Pombal, enviadas pelo vigário de Portalegre, o padre João Barbosa Cordeiro, de que há pessoas dispostas a se levantarem na região da serra dos Martins, especificamente em Portalegre. Para lá ele segue com o intuito de reunir e liderar tropas – ficam com o vigário os dois emissários pernambucanos – com “ordens do Governo Provisório para em Porto Alegre se lhe dar um conto de réis para suprimento das tropas, tirados dos públicos cofres, com o que havia de combater o Ceará” (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 185).

O vigário Nobre confirma a adesão do vigário de Souza ao movimento e sobre o litoral e sertão do Ceará, conhecedor das gentes do sertão fronteiro das capitânicas de Paraíba e Ceará (Studart Filho, 1961), ele já deveria saber da prisão do Ouvidor Carvalho. Assim, com a rápida ação de Sampaio de fortificar as fronteiras, construir novas prisões, conseguir o apoio militar e das câmaras interioranas, tanto o sertão quanto o litoral do Ceará não se levantaram em favor da causa pernambucana (Studart Filho, 1961; Studart, 1917).

Seguindo outro ponto essencial da tática contida nas *instruções* de Melo e Alencar, vão estes se encontrar em Souza com o padre Luís José que fica encarregado de arregimentar o exército patriótico dos sertões que será liderado por Melo (Mariz, 1980). Este fica com aquele para buscar levantar Icó com cartas e proclamações. Alencar segue para sua vila natal, o Crato, alcançando-a no dia 29 de abril (Araújo, 1961; Costa; Silva, 2019; Studart Filho, 1961; Studart, 1917).

Dito isso, na próxima seção trataremos da organização e mobilização do exército patriótico dos sertões para o ataque a vila de Icó.

O exército patriótico dos sertões: organização e movimentação

A missão de conseguir a adesão do Crato por parte de Alencar é conseguida. Já a missão de Melo conseguir a adesão da vila de Icó por meio de cartas e proclamações exortando os principais da vila não surtiu efeito.

Em 27 de abril – dois dias antes de Alencar adentrar a vila do Crato – houve a publicação de um bando, documento que contém informações e instruções, de Sampaio na vila de Icó. Assim, uma Aclamação ao monarca português é feita na Câmara de Icó, possibilitada pela “proximidade de tropas comandadas pelo Coronel Leite, e pelas ativas diligências dos escrivães Manuel Brígido dos Santos e Francisco Miguel Pereira” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 123), classificando o levante no Crato como uma “horrorosa sublevação [...] contra o Soberano” (Studart Filho, 1961, p. 55).

Para Studart Filho (1961, p. 58), o fracasso da empresa de Melo se deu porque a vila de Icó era uma “vila de ricos comerciantes na maioria potuguêses, conservadores e realistas ferrenhos”. Resta aos emissários pernambucanos a busca da adesão da vila de Icó por meio militar, assim, “a providência mais urgente a ser tomada é, pois, o apresto das forças para acometer a Vila que tão fiel se mostrara ao partido monárquico” (Studart Filho, 1961, p. 53). A organização das tropas ficou por conta dos padres do sertão, dos militares envolvidos e da “aristocracia nativa [...] que mobilizava] suas clientelas, isto é, seus dependentes” (Mota, 2022, p. 30). Era propriamente um movimento das famílias das camadas dominantes dos sertões (Mariano, 2005).

O ataque militar a vila de Icó fora tramado por Melo, Alencar e Targini em companhia dos padres Nobre e Luís José, este “encarregado em grande parte do ataque do Ceará” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 124).

Supomos que o plano tenha sido traçado nesse momento porque assim que chega no Crato em 29 de abril, Alencar começa a dar notícias de que possuía tropas prontas para atacar o Ceará: “tropas no Rio do Peixe e Pombal [...] outras da Serra do Martins [e] em Ponta Grossa muita gente [...] cheias de entusiasmo [...] para marchar” (Studart, 1917, p. 122).

O ataque deveria contar com três regimentos armados como uma demonstração de força: um liderado por Alencar e o Capitão-mor José Pereira Filgueiras (Filgueiras) subindo do Crato; saindo de São João do Rio do Peixe–PB, tropas de Souza e Pombal sob o comando de Melo e do Sargento-mor Francisco Antônio Corrêa de Sá (Francisco Sá), filho do padre Luís José, e uma terceira coluna atacando por cima, vinda do Rio

Grande do Norte, da região da serra do Martins, especificamente de Portalegre, sob o comando de Targini (Biblioteca Nacional, 1953a, 1953b, 1954b).

Outro ponto que nos deixa mais firmes nessa suposição é um ofício do Francisco Sá datado de 29 de abril, dia em que Alencar chega a vila do Crato, solicitando tropas ao Capitão de Pombal Antônio Ferreira de Souza para marcharem no dia 10 de maio para São João do Rio do Peixe (Théberge, 2001) e de lá para Icó:

Patriota e Amigo. Quartel de Acauã, vinte nove do segundo mês da nossa liberdade, do ano de mil oitocentos e dezessete. As circunstâncias pela notícia que corre exige mais forças para o socorro que devemos dar aos nossos irmãos por ordem do nosso Governo, portanto aprontai já, já e já a vossa companhia sem exclusão de oficial, ou soldado para vos apresentares com ela na vila do Souza no dia dez do mês que vem de maio, onde marchareis para o nosso destino, trazendo o necessário mantimento para a vossa companhia, para a passagem de cinco ou seis dias, no que mostrareis ao nosso govêrno fiel patriotismo que eu reconheço em vós e comunicarei isto aos patriotas vossos manos Vigário e Capitão Manuel Ferreira e que convém venham de lá três ou quatro Companhias da Ordenança exigidas do competente comandante. É vosso Patriota e Amigo. Francisco Antônio Corrêa de Sá. Sargento-mor e Comandante. Virai. Despedi já outro ofício ao Patriota Tenente Antônio Gabriel da minha parte para se achar com a sua companhia e mesmo modo com o mesmo provimento tudo armado e no mesmo dia na vila de Souza, fazendo-lhe ver as penas que incorre pela sua falta (Biblioteca Nacional, 1955, p. 268–269).

Além disso, o documento também destaca detalhes da logística envolvida na mobilização de tropas, como o cronograma de marcha e o dia do ataque, a disponibilidade e gestão de suprimentos e armas. Se considerarmos que a marcha começou no dia 10 de maio, a data prevista para o ataque a Icó seria entre os dias 15 e 16, visto que a marcha duraria entre “cinco ou seis dias” (Biblioteca Nacional, 1955, p. 268).

Às vésperas do dia fatídico, 9 de maio, Melo, em carta para Targini, instado na serra do Martins, emite a ordem para o último fazer avançar suas tropas para a vila de Icó:

Meu David. Valha-me os céus, frio, morno e amortecido li as linhas da vossa carta. Mas o que é que me tem neste letargo, a notícia é falsa, o povo é leal, e sucedeu êste embuste, o parto é do falsário Governador do Ceará. Meu amigo as ordens que me trazeis me são assás necessárias, apesar de ter eu com o Padre Luiz vencido todos os obstáculos que nos apresentavam homens pouco pensadores. Esta vai escrita já para a dita que lá espero por vós para dali marcharmos a vingar os sucessos desse herói de quem fará menção a posteridade caso seja certa essa infausta notícia. O Capitão-mor José Pereira Filgueiras vem com a sua gente a nosso socorro. A Independência do Crato foi feita no dia quatro e agora respondo a carta de meu amigo Martiniano, autor deste feliz sucesso. Adeus meu amigo, não vos aparteis um só ápice da minha ordem que a vossa vida corre risco entre a tirania dêsses perversos partidários do Governo. Aceitai um abraço e adeus de Vosso Fiel Amigo. Fazei marchar infalivelmente as tropas para onde vos determino, para o Icó, e fazei-

me avisar da vossa marcha, vila de Souza, nove do terceiro. O Patriota Miguel Joaquim César de Melo (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 20).

A interpretação do documento em questão apresenta desafios, pois não temos acesso às cartas de Alencar e Targini para Melo. No entanto, todo enunciado sempre se refere a outro, mesmo que este não esteja explicitamente expresso no texto (Volóchinov, 2018). Buscaremos, então, escutar uma voz baixa, silenciosa, que habita as entrelinhas do discurso de Melo, portanto, consideramos a carta como uma fonte polifônica habitada por diversas vozes (Barros, 2019).

A carta revela três camadas discursivas distintas de responsividade (Volóchinov, 2018). Na primeira camada podemos apreender notícias e ordens de Targini para Melo. Supomos que a infausta notícia contida na carta de Targini se refira a queda do movimento republicano no Rio Grande do Norte, que em Natal durou de 29 de março a 25 de abril, e o assassinato de seu líder André de Albuquerque Maranhão:

Na madrugada de 25 de abril, o prédio do governo foi invadido pelos monarquistas, que partiram da casa do alfaiate Manuel da Costa Bandeira, ‘agitando armas, vivando El-Rei e dando morras à Liberdade, convencidos da incompatibilidade entre os dois símbolos’. Não houve reação. A sala onde estava André de Albuquerque foi invadida e ele ferido na virilha e levado preso para a Fortaleza dos Santos Reis, onde veio a falecer no dia 26 de abril, depois de agonizar o dia e a noite inteira (Trindade, 2010, p. 99).

A reação de Melo com essa informação pode ser apreendida quando ele utiliza uma expressão, “Valha-me os céus”, com a qual visa expressar surpresa, descrença ou talvez uma profunda preocupação com os rumos dos acontecimentos ao ler a carta de Targini. Já os adjetivos “frio, morno e amortecido” descrevem o seu estado emocional, onde “frio” e “morno” podem indicar falta de emoção ou entusiasmo, enquanto “amortecido” sugere que ele pode estar se sentindo entorpecido pelo que leu.

A outra notícia que podemos inferir é a de que o povo do Ceará está ao lado do rei e do Governador Sampaio. Melo afirma que essa notícia é falsa e o povo é leal. Ele atribui esse “embuste” (engano, fraude) ao Governador do Ceará, a quem ele chama de falsário e parteiro da mentira.

É por isso que Melo visa acalmar Targini com esperança e otimismo dando-lhe a notícia de que no Crato arvora a bandeira branca dos patriotas e que Alencar, “autor deste feliz sucesso”, e o Capitão-mor Filgueiras iriam ao seu socorro – segunda camada discursiva da carta que faz referência a notícia que Alencar lhe dera por meio de missiva e com possíveis instruções para o ataque a vila de Icó (Théberge, 2001).

A terceira camada de interlocução da carta é a de ordens que Targini enviara para Melo e ordens deste para aquele. Supomos que a primeira ordem se refira à reunião das

tropas para defenderem os interiores do Rio Grande do Norte que está em processo de contrarrevolução.

Talvez, nessa ordem de Targini, já houvesse menção ao plano de levantar um novo Governo Provisório no Rio Grande do Norte, mais precisamente na cidade de Portalegre, o que acontece no dia 10 de maio e se estende até o dia 19 de maio:

David Leopoldo Targini, emissário dos rebeldes da Paraíba, pôs as mãos nos documentos enviados pelo governo às Câmaras Municipais e, com escolta forte e organizada, dirigiu-se a Portalegre, “onde havia ligação e clima de simpatia, assim como em Apodi e Martins”. Em Portalegre chegou a se instalar um governo republicano, de vida curta (10 a 19 de maio de 1817), formado pelo vigário João Barbosa Cordeiro, tenente-coronel Leandro Francisco de Beça, sargento-mor José Francisco Vieira de Barros, capitão Manuel Joaquim Palácio e o tenente Felipe Bandeira de Moura (Trindade, 2010, p. 99).

Melo compreende a importância dessa ordem de Targini, mas, em demonstração de disciplina, determinação e resolução, mantém a estratégia de levantar o Ceará a partir de seu interior: “não vos aparteis um só ápice da minha ordem [...]. Fazei marchar infalivelmente as tropas para onde vos determino, para o Icó” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 20).

No mesmo dia 09 de maio, o padre Luís José emite a carta de Melo por um emissário com a seguinte instrução: “Êste portador volte e mandai outro com a resposta porém que saia para o Icó. Onde chegar êste portador com o animal fraco, qualquer a bem do serviço da Pátria dê um animal. Padre Luiz José” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 21).

O discurso instrucional do padre Luís José destaca um aspecto importante sobre a mobilização de tropas: a estratégia de comunicação. A instrução para que o portador da mensagem retorne e outro seja enviado por Targini, com a resposta de sua marcha para Icó, sugere uma estratégia de comunicação planejada para ser rápida e eficiente. Além disso, a menção a um “animal fraco” e a instrução para substituí-lo por um novo indicam uma consideração pragmática com os desafios do transporte pelos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Assim, no dia 10 de maio, Melo “leu [...] uma proclamação; mandou fazer seixos para armar a gente, e seguiu o seu partido” (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 205). Acreditamos que essa proclamação faça menção à partida da expedição à vila de Icó na qual a primeira parada seria na vila de São João do Rio do Peixe, onde reuniriam mais elementos para seu regimento.

Sobre o regimento militar que se organizou nesta última vila não temos muitas informações, mas traremos alguns dados ilustrativos. O Governador Sampaio nos diz que os republicanos conseguiram reunir “um corpo de 700 a 800 homens” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 122), posição essa assumida pelos Studart (Studart Filho, 1961; Studart, 1917). Celso Mariz nos diz que fora reunido um “exército de 1100 homens” (Mariz, 1980, p. 99). Já no Crato, os revolucionários tinham a esperança de Filgueiras e Alencar levantarem mais de 1000 homens⁵ – o que não acontece, visto que Filgueiras é o líder da contrarrevolução em 11 de maio.

Analisado o plano e o seu desenrolar na carta de Melo para Targini, convém agora elencar outros nomes que participaram dessa movimentação de tropas para a vila de Icó para além daqueles e de Alencar, do Sargento-mor Francisco Sá, do padre Luís José, do padre Nobre e do Capitão-mor Patrício José de Almeida.

Assim, são acusados “de ir à expedição do Icó até São João” (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 183, 191, 203) do Rio do Peixe: José de Sá Cavalcante (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 191), o comandante de Pombal, Antônio Ferreira de Souza (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 183) e Manuel Ferreira de Souza (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 203), irmãos e capitães de Pombal.

É importante ressaltar que o vigário do Crato, Miguel Carlos da Silva Saldanha, supostamente, estava envolvido na preparação do ataque. No entanto, essa sua suposta participação se limitava ao envio de cartas e fundos para o vigário do Icó, Domingos da Mota Teixeira, com o objetivo de levantar tropas. Segundo Sampaio, este último assessorava juízes e camaristas sendo um “instrumento” (Studart Filho, 1961, p. 19) do Ouvidor Carvalho. Essa acusação foi feita por Manuel Brígido dos Santos, escrivão do Icó, que, nas palavras do advogado do vigário do Crato, “quer inculcar que o dinheiro aí mencionado era para o vigário do Icó” (Biblioteca Nacional, 1954b, p. 233).

Isso é o que podemos inferir até o dia 10 de maio. Feitas estas considerações, na próxima seção responderemos à seguinte questão: quais as possíveis razões que levaram à não execução deste plano de ataque?

⁵ Informação contida em carta do Governo Provisório de Pernambuco endereçada ao Filgueiras e citada pelo Barão de Studart onde lemos: “o valoroso Capitão-mor José Pereira [...] não tem medo [...] porque a sua voz se levantarão a seu lado milhares de patriotas que respeitam as suas virtudes” (Studart, 1917, p. 124).

Dinâmica de poder e dualidade de papéis: o abandono do ataque a vila de Icó

Outro acontecimento do dia 10 de maio, após a saída da tropa liderada por Melo, é a chegada de notícias sobre a contrarrevolução na Paraíba: “Em Souza, o padre Luís José recebe comunicações de Sanches Massa, que faz em três dias e meio, cansando cavalos no caminho, chegar um emissário de Pacatuba a Piranhas” (Mariz, 1980, p. 93).

Deixemos esse assunto em suspenso para entendermos melhor a dinâmica de poder nos sertões para além do caráter familiar dos Alencar, Nobre, Sá e Souza, na insurreição (Mariano, 2005). Para isso é útil considerar as palavras de Carlos Studart Filho sobre o vigário de Souza:

Enquanto uns pretendem que o Pe. Luís José era leal a seu rei outros o consideram um verdadeiro líder republicano. [...] A verdade é, porém, que o Pe. Luís José Correia de Sá e seu filho Francisco Antônio de Sá, Sargento-Mor de Ordenanças, tomaram parte ativa na rebelião de 17, mas agiram sempre de modo a aparecer aos olhos dos realistas como partidários fiéis da Monarquia (Studart Filho, 1961, p. 50).

O nosso historiador foca naquilo que Pêcheux (1995) chama de um sujeito livre, dono de sua história, de seu discurso e de seu sentido. Assim, ele compreende o sujeito somente do ponto de vista da agência. Nós compreendemos, por outro lado, que o sujeito não é completamente livre, mas é também paciente, i.e., o sujeito também é moldado pelas estruturas ideológicas e sociais e pelos jogos de poder (Pêcheux, 1995).

Nessa dialética, o sujeito não é completamente livre para agir ou pensar como quiser, em vez disso, suas ações e percepções, suas formas de pensamento (Mota, 2022, p. 7), são moldadas pela estrutura econômica, em última instância, e a superestrutura política e social de seu tempo (Althusser, 2010). De outro modo, o sujeito é tanto um produto de seu ambiente quanto um agente dentro dele.

A voz do padre Luís José que por sua força, seu poder, faz levantar-se dezenas de centenas de elementos para um exército, está sob um poder disciplinar que restringe a sua ação e, ao mesmo tempo, sob um poder que produz e o molda enquanto sujeito (Foucault, 1987). Isso fica mais claro quando o padre Luís José nos diz que o motivo de sua ação, aderência ou não a determinado movimento, e de seu ser enquanto republicano ou monarquista, é o resultado dos “laços em que nos meteram os grandes homens com as suas influências” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 23).

Isso nos leva a considerar que o padre compreende que o poder não é estático, mas dinâmico e mutável segundo as forças políticas em disputa. Assim, ele adota uma abordagem pragmática à política que pode ser vista como uma forma de sobrevivência e

adaptação em tempos de mudança e incerteza sobre os rumos do movimento revolucionário nos quais estava envolvido.

Suas ações também podem ser interpretadas como uma falta de princípios firmes ou convicções profundas. Os próprios líderes de Pernambuco não tinham no padre Luís José muita confiança, pois nas *Instruções* de Melo e Alencar encontramos a menção a ele feita de modo a dar a entender que ele não estaria ganho para a causa como o vigário de Pombal que “estudara em Pernambuco e recebera influências de Frei Miguelinho e do padre João Ribeiro, seus mestres” (Mariano, 2005, p. 105).

Dito isso, tomemos um primeiro caso exemplar desse pragmatismo político. Após a partida de Alencar e a estadia de Melo em Souza em companhia de seu vigário, secretamente em 24 de abril, este último recebe em sua casa a visita de um monarquista foragido da Paraíba, o ex-Ouvidor André Álvares Pereira Ribeiro e Cirne (Ribeiro e Cirne), o abriga e deixa que ele siga seu caminho.

Tomemos a carta do patriota Francisco da Costa Barbosa, Capitão Comandante da vila do Pombal, que relata o ocorrido:

Hoje 27 do corrente mês de abril, estando eu na matriz desta vila com o Patriota o Reverendo Vigário José Ferreira Nobre e outros patriotas a espera da missa conventual, disse-me o mesmo Patriota Vigário José Ferreira que tinha chegado ontem à noite do lugar do Cunhau, distrito da Vila do Souza, da casa do Patriota o Reverendo Luiz José Corrêa de Sá, e que este lhe dissera que o ex-Ouvidor André Alves Pereira Ribeiro e Cirne tinha estado em sua casa, e que dali saíra a dois dias procurando a casa do Patriota o Capitão Comandante José Pedro de Souza, morador nessa Ribeira do Piancó. Ordeno-vos que assim que esta receberes com todo o empenho, e segredo façais prender à ordem do nosso Governo Provisório da Província da Paraíba ao mesmo ex-Ouvidor André Alves Pereira Ribeiro e Cirne (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 199).

Essa carta demonstra bem como o patriota Nobre e outros patriotas nutriam desconfiança em relação a Luís José. A visita do ex-Ouvidor Ribeiro e Cirne à casa de Luís José e o fato de que este não lhe dera voz de prisão foi visto como um sinal de traição. A ordem para prender o ex-Ouvidor mostra a seriedade com que os patriotas levaram essa percebida traição. Eles estavam dispostos a tomar medidas drásticas para proteger seus interesses e os da pátria/do Governo Provisório da Paraíba (Villalta, 2003).

Esse episódio de visita servirá para Luís José ser beneficiado por Ribeiro e Cirne na Devassa de Crime de Lesa-majestade, nas palavras do último:

O mesmo Padre e seu sobrinho [filho] foram os únicos no sertão que me agasalharam e respeitaram sempre como ministro d'El-Rei na ligeira passagem que fiz fugindo aos revolucionários que me perseguiram [...] e quando tornei a casa deles no momento em que se desenvolvia a contra-revolução na qual eu tive a parte de a reanimar e fixá-la, [...] eles foram os

primeiros que se prestaram e concorreram a aclamar o nome de Sua Majestade na vila (Biblioteca Nacional, 1954c, p. 162–163).

Vamos agora considerar um segundo exemplo que ilustra o pragmatismo político do padre Luís José, um exemplo diretamente relacionado ao ataque à vila de Icó.

No dia 10 de maio, o padre Luís José recebe informações vindas da Paraíba sobre o movimento contrarrevolucionário que tomou o poder de volta em 7 de maio (Mariz, 1980). Em resposta a essa dinâmica de poder, ele decide enviar um emissário para avisar a tropa estacionada em São João do Rio do Peixe. Quando Francisco Sá recebe o emissário, nos diz Mariz (1980) que “o exército de 1100 homens que seguia para o [Icó] contramarcha em vivas, aliás fingidos e previdentes, à Monarquia e ao rei”.

Essa ação demonstra o entendimento do padre Luís José de que o poder é dinâmico e mutável e que é necessário, então, se adaptar às circunstâncias. Isso ilustra bem que as ações dos indivíduos são moldadas tanto por suas próprias decisões quanto pelas estruturas ideológicas, sociais e econômicas, em última instância, em que estão inseridos (Althusser, 2010).

Melo, sentindo-se em perigo e prevendo sua prisão por parte de Luís José e Francisco Sá, foge de imediato (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 186, p. 200) para a região da serra do Martins, Portalegre, “marchando com tropas auxiliares” (Casculo, 1984, 142). Nesta última vila, ele “dera o golpe de força e de astúcia” (Studart Filho, 1961, p. 66) para a instauração e consolidação de um novo Governo Provisório ao lado de Targini e mais “20 homens armados” (Biblioteca Nacional, 1954a, p. 185).

Assim, conclui-se a mobilização das tropas paraibanas em São João do Rio do Peixe. Este desfecho é o resultado direto do entrelaçamento entre a pressão militar exercida pelos realistas e a dinâmica de poder em constante mudança. Juntas, essas forças criaram um obstáculo político significativo: a perda de apoio do padre Luís José. Isso reflete a complexidade da situação, demonstrando como as mudanças na dinâmica de poder e a pressão dos realistas influenciaram suas ações e, por extensão, o curso dos eventos.

No dia 11 de maio ocorre o movimento de restauração da vila do Crato liderado pelo Capitão-mor Filgueiras ao lado de “Leandro Bezerra Monteiro [...] tenente-coronel-commandante do regimento de cavallaria [...] e juiz ordinario o capitão Manoel Joaquim Telles” (Crato, 1911, p. 201). Segundo Carlos Studart Filho (1961, p. 59):

Leandro Bezerra toma a si comunicar à Câmara do Icó 'a gloriosa vitória que havia alcançado no dia 11 de maio pela 1 hora da tarde os leais vassallos portugueses Capitão-mor Filgueiras e Leandro Bezerra'. Outras cartas da Câmara do Crato à do Icó darão parte do encarceramento dos chefes da rebelião, e de que êstes para lá seguiam pela serra de S. Pedro. Sugeriam à mesma Câmara que conservasse o forte destacamento que acompanhava os presos, para cooperar na resistência [...]. No dia 12, foram os presos algemados e remetidos para o Icó.

Segundo o Ouvidor da Paraíba Ribeiro e Cirne, a restauração em Souza se deu no dia 15 de maio orquestrada pelo próprio Luís José. Este, em 14 de maio: “tinha feito convocar gentes [...] para no dia 15 com uma proclamação [de Ribeiro e Cirne] irem à vila de Souza, restabelecer o legítimo governo de Sua Majestade, e no dia seguinte [...] Pombal” (Biblioteca Nacional, 1954b, p. 35).

Os presos do Crato chegam ao Icó no dia 16 de maio, no dia anterior as cartas da Câmara do Crato já haviam chegado àquela vila, e permanecem aí até o dia 19, no qual são remetidos para Fortaleza—CE, ficando na vila de Icó um regimento armado sob as ordens de Joaquim de Pinto Madeira (Studart Filho, 1961).

A repressão avança. No dia 18 de maio, em Souza, Ribeiro e Cirne estava “de mãos dadas com o [Francisco Sá] para atacar ao povo daquelas vilas [Portalegre e Vila do Príncipe], para proclamarem o Real Nome de Sua Majestade” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 17). Também o exército do Coronel Alexandre José Leite de Chaves e Melo, que dispunha de ordens do Governador do Ceará e um contingente militar de “mil e setecentos a mil e oitocentos homens de diferentes armas e um contingente de índios equipados de arcos e flechas” (Studart Filho, 1961, p. 64), se aproximava.

Diante dessa situação, há a queda do Governo Provisório de Portalegre em 19 de maio e se dispersam “o Padre Gonçalo Borges de Andrade, [...] o Vigário João Barbosa Cordeiro um dos da Junta Revolucionária, e David Leopoldo Targini” (Biblioteca Nacional, 1953a, p. 123) e, acreditamos, Melo. Assim, o ataque a vila de Icó jamais acontece enquanto um episódio factual da expansão da Revolução Pernambucana (1817).

Considerações finais

Nosso estudo teve como objeto o plano de ataque a vila de Icó no contexto de expansão da Revolução Pernambucana (1817) para os sertões do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Embora este evento nunca tenha ocorrido, encontramos indícios que nos permitem compreender a sua materialidade, i.e., a sua dinâmica, os envolvidos em sua elaboração, o conteúdo estratégico e tático, como funcionava a mobilização de tropas e as possíveis razões que levaram à sua não execução. O evento em tela tem sua

periodização entre os dias 17 de abril e 15-16 de maio de 1817. Retomemos os principais resultados de nossa pesquisa.

O documento datado de 17 de abril menciona pela primeira vez o plano de ataque à vila de Icó, no Ceará. O plano, criado pelo Governo Provisório de Pernambuco, envolveu a solicitação ao Governo Provisório da Paraíba para enviar Targini, um patriota comprometido com a causa, para uma missão na fronteira com o Ceará e Rio Grande do Norte juntamente a Melo saído de Pernambuco.

Os estudos históricos apontam para Alencar como o líder potencial da revolução nas vilas do interior do Ceará. Contudo, um exame mais detalhado revela Melo como um personagem de destaque. Assim, enfatizamos o seu papel como um dos representantes principais de Pernambuco e líder do exército patriótico dos sertões.

A estratégia principal era estabelecer e sustentar o controle sobre o Ceará, com ênfase em garantir a lealdade das vilas de Crato e Icó ao movimento revolucionário, seja por convicção ideológica ou força militar. Alencar obteve sucesso em trazer o Crato para o movimento em 3 de maio, no entanto, as tentativas de Melo de persuadir Icó por meio de correspondências e declarações não tiveram êxito.

A ofensiva militar à vila de Icó foi orquestrada por Melo, Alencar, Targini e os clérigos Luís José e Nobre. O ataque deveria ocorrer entre os dias 15 e 16 de maio e o plano ideal envolvia três regimentos armados: um liderado por Alencar e Filgueiras partindo do Crato, outro comandado por Melo com as forças de Souza e Pombal, e um terceiro sob a liderança de Targini com tropas provenientes de Portalegre.

Na véspera da expedição para Icó, em 9 de maio, Melo compartilhou sua preocupação em uma correspondência para Targini, lamentando a derrocada do movimento republicano no Rio Grande do Norte e o assassinato de seu comandante. Embora Targini tenha sugerido que Melo e o padre Luís José se deslocassem para as áreas da serra de Martins, especificamente para Portalegre, Melo decidiu manter o plano original de levantar o Ceará e instruiu Targini a prosseguir com suas tropas para Icó.

No dia 10 de maio, quando as forças de Souza e Pombal se dirigiam para São João do Rio do Peixe sob a liderança de Melo, chegaram informações sobre a contrarrevolução na Paraíba. O padre Luís José, em seu pragmatismo político percebendo a dinâmica do poder, interrompeu o ataque planejado ao Ceará levando seu regimento a aclamar a monarquia e o rei de Portugal e do Reino Unido do Brasil (1815).

Em 11 de maio, a vila do Crato foi restabelecida sob a liderança do Capitão-mor Filgueiras. Os prisioneiros foram transportados para Icó no dia 12 e chegaram no dia 16 acompanhados por um regimento armado para a defesa da vila.

Acreditamos que em 16 de maio os revolucionários na serra de Martins e Portalegre, Melo e Targini, já estavam cientes da queda do Crato no dia 11 e diante da iminência da repressão realista há a queda do Governo Provisório de Portalegre, no dia 19, e os patriotas se dispersaram.

A rendição do movimento na Paraíba em 7 de maio levou a mudanças políticas e à perda de apoio de aliados importantes, como o padre Luís José. Essa perda resultou em falha na mobilização dos regimentos armados para a vila de Icó, problemas de comunicação e dificuldades de transporte e suprimentos. Esses fatores criaram um ambiente desfavorável para as operações militares dos revolucionários.

Portanto, o ataque à vila de Icó nunca ocorreu como um episódio da expansão da Revolução Pernambucana (1817). Esperamos que este estudo incentive o debate sobre a esta revolução no Ceará e nos estados vizinhos que participaram do movimento.

ON THE BRINK OF REVOLUTION: THE EXPANSION OF THE PERNAMBUCAN REVOLUTION (1817) TO THE BACKLANDS AND THE ATTACK PLAN ON THE VILLAGE OF ICÓ (CEARÁ, BRASIL)

Abstract: The Provisional Governments of Pernambuco and Paraíba, during the expansion of the Pernambucan Revolution (1817), devised a plan of attack on the village of Icó-CE, which, in fact, never occurred. This study aims to understand the dynamics of this plan, which includes those involved in its elaboration, the strategic and tactical content, how the mobilization of troops worked, and, of course, the possible reasons that led to its non-execution. We employed a relational analysis of the documents of the Devassa of Crime of Lesa-majesty, complemented with elements of Discourse Analysis to examine both the explicit content and the implicit subtexts and contexts. We concluded that: the plan involved the mobilization of three armed regiments, one from Crato-CE led by José Martiniano Pereira de Alencar and José Pereira Filgueiras, one from Souza-PB and Pombal-PB under the command of Miguel Joaquim César de Melo and one from the Serra do Martins, from Portalegre-RN, commanded by David Leopoldo Targini; the analysis suggests that the military pressure of the Paraiban royalists and the power dynamics in the backlands created a political obstacle to the non-execution of the plan: the loss of support from Father Luís José Correia de Sá.

Keywords: Pernambucan Revolution. Icó. Ceará.

AL BORDE DE LA REVOLUCIÓN: LA EXPANSIÓN DE LA REVOLUCIÓN PERNAMBUCANA (1817) HACIA LOS SERTÕES Y EL PLAN DE ATAQUE A LA VILLA DE ICÓ (CEARÁ, BRASIL)

Resumen: Los Gobiernos Provisionales de Pernambuco y Paraíba, durante la expansión de la Revolución Pernambucana (1817), elaboraron un plan de ataque a la villa de Icó-CE, que, de hecho, nunca ocurrió. Este estudio tiene como objetivo comprender la dinámica de este plan, que incluye a los involucrados en su elaboración, el contenido estratégico y táctico, cómo funcionaba la movilización de tropas y, por supuesto, las posibles razones que llevaron a su no ejecución. Empleamos un análisis relacional de los documentos de la Devassa de Crimen de Lesa-majestad, complementado con elementos del Análisis del Discurso para examinar tanto el contenido explícito como los subtextos y contextos implícitos. Concluimos que: el plan implicaba la movilización de tres regimientos armados, uno de Crato-CE liderado por José Martiniano Pereira de Alencar y José Pereira Filgueiras, uno de Souza-PB y Pombal-PB bajo el mando de Miguel Joaquim César de Melo y uno de la Serra do Martins, de Portalegre-RN, comandado por David Leopoldo Targini; el análisis sugiere que la presión militar de los realistas paraibanos y las dinámicas de poder en el sertão crearon un obstáculo político para la no ejecución del plan: la pérdida de apoyo del Padre Luís José Correia de Sá.

Palabras-clave: Revolución Pernambucana. Icó. Ceará.

Referências

ALENCAR, T. G. P. de. Rectificações históricas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXVII, ano XXVII, p. 261–267, 1913. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1913/1913-Rectificacoeshistoricas.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Editora Graal, 2010.

ARAÚJO, A. G. de. Alencar nos idos de 17 e 24 e outras notas. **Revista Itaytera**, Crato, n. 10, p. 7–27, 1965/66. Disponível em: <https://institutoculturaldocariri.com.br/wp-content/uploads/revista/revista%2010.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ARAÚJO, A. G. de. 1817 no Cariri. **Revista Itaytera**, Crato, n. 7, p. 79–102, 1961. Disponível em: <https://institutoculturaldocariri.com.br/wp-content/uploads/revista/revista%207.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ARAÚJO, A. G. de. Os 21 de 17. **Revista Itaytera**, Crato, n. 2(3), p. 237–239, 1957. Disponível em: <https://institutoculturaldocariri.com.br/wp-content/uploads/revista/revista%203.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

BARROS, J. D. **O campo da história**: especialidade e abordagens. 8º edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, J. D. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos**: revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1953a. v. 102. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1953_00102.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos**: revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1953b. v. 101. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1953_00101.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos**: revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1954a. v. 106. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1954_00106.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos**: revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1954b. v. 105. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1954_00105.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos**: revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1954c. v. 103. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1954_00103.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos**: revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1954d. v. 104. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1954_00104.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos**: revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1955. v. 108. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1955_00108.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

CÂNDIDO, T. A. P. A plebe heterogênea da independência: Armas e rebeldias no Ceará (1817-1824). **Almanack**, Guarulhos, n. 20, p. 194-215, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236-46332018000300194&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2024.

CASCUDO, L. C. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1984.

COSTA, L. S. H.; SILVA, F. F. A independência do Crato, no contexto da revolução pernambucana de 1817, e o episódio de sua oficialização na Casa de Câmara. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 8, n. 2, p. 1–28, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9153/7033>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CRATO. Actas da Câmara do Crato – 11 de maio de 1817 até 27 janeiro de 1823. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 25, n. 25, p. 201–221, 1911. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1911/1911-ActasdaCamaradoCrato.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FARIAS, A. de. **História do Ceará**. 2ª reimpressão, 6ª edição revista e ampliada. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. 1817, cento e cinquenta anos depois. **Revista Itaytera**, Crato, n. 11, p. 3–6, 1967. Disponível em: <https://institutoculturaldocariri.com.br/wp-content/uploads/revista/revista%2011.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAGUARIBE, J. N. Alencares de sangue e afins. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LIV, ano LIV, p. 99–118, 1940. Disponível em: http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1940/1940-Alencares_de_sangue_e_afins.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

LEITE, G. L. **A insurreição pernambucana de 1817**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LÊNIN, V. I. **Duas táticas da social democracia na revolução democrática**. Lisboa: Editorial Avante, 1978.

MARIANO, S. R. C. **Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7564/1/arquivo7867_1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

MARIZ, C. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MARTINS, P. J. D. **Os mártires pernambucanos: vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. 2. ed. Recife, PE: Cepe, 2022. *E-book*.

MARTINS, G. S. **Liberalismo, nacionalismo e antilusitanismo no Ceará e nas províncias do Norte (1817–1824)**. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Curso de História, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26746>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MOTA, C. G. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2022.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi; Tradução: Et al. 2. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. *In*: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-58.

QUINTAS, A. A agitação republicana no Nordeste. *In*: BARRETO, C. de B. et al. **O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação**. v. 3, 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 235–258.

ROCHA FILHO, J. D. da. Vida do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXX, ano XXX, p. 03–134, 1916. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1916/1916-VidadobrigadeiroLeandroBezerraMonteiro.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

RODRIGUES, J. H. Explicação. *In*: BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos históricos: revolução de 1817**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1928-. 1953-1955, 1953b. v. 101. p. 1–7. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1953_00101.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

SILVA, M. I. V. da. **História dos militares na cidade de Crato: Tropas, Milícias e Ordenanças (1718–1870)**. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: EST/PPG, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST_sed2d679dd611c638adc1ef83b63d918. Acesso em: 15 fev. 2024.

SIQUEIRA, A. J. **Os padres e a teologia da ilustração - Pernambuco 1817**. 2. ed. Recife, PE: Cepe, 2022. *E-book*

STUDART FILHO, C. A revolução de 1817 no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 74, n. 74, p. 5–99, 1961. Disponível em:

<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1960/1960-Revolucao1817noCeara.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

STUDART, G. C. 3 de maio de 1817: o movimento de 17 no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 31, n. 31, p. 107–160, 1917. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1917/1917-3deMaiode1817-OMovimentode1817noCeara.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

TAVARES, F. M. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. 5. ed. Recife, PE: Cepe, 2021. *E-book*.

THÉBERGE, P. Revolução de 1817 no Ceará – acontecimentos ulteriores até a proclamação da independência do Brasil. In: THÉBERGE, P. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. Tomo II, cap. 12, p. 5-55.

TRINDADE, S. L. B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

VIANA, J. Í. B. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: memória, escrita da história e representações da cidade. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3052>. Acesso em: 15 fev. 2024.

VILLALTA, L. C. Pernambuco, 1817, "encruzilhada de desencontros" do império luso-brasileiro. Notas sobre as idéias de pátria, país e nação. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 58–91, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33850/36583>. Acesso em: 15 fev. 2024.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: Sheila Grillo; Tradução: Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

SOBRE O AUTOR

Luiz de Souza Henrique Costa é mestre em Letras e especialista em História do Brasil pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

Recebido em 22/02/2024

Aceito em 21/08/2024